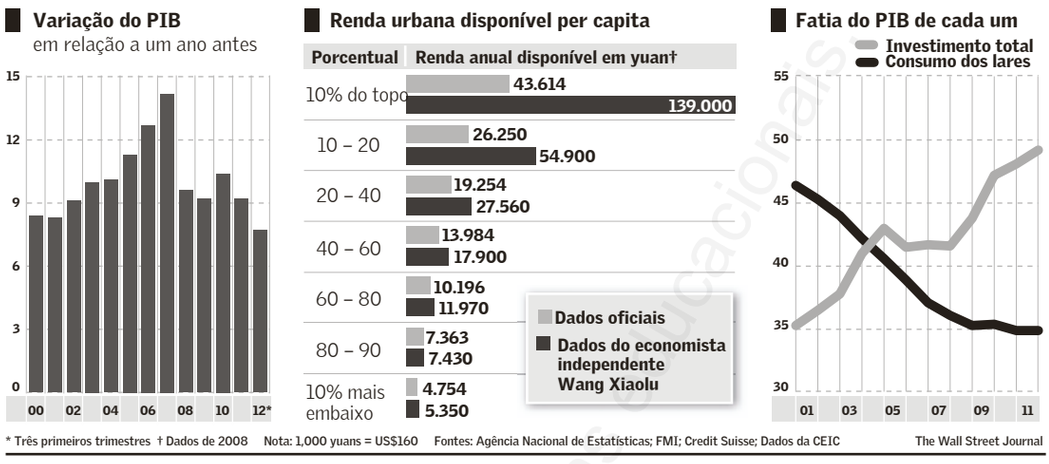
Novos líderes da China se veem diante de dilema econômico

Tom Orlik e Bob Davis
The Wall Street Journal

Crescimento menor, desigualdade maior

Aumentar a renda das famílias mais pobres será o principal desafio econômico do novo governo chinês



* Três primeiros trimestres † Dados de 2008 Nota: 1,000 yuans = US$160 Fontes: Agência Nacional de Estatísticas; FMI; Credit Suisse; Dados da CEIC The Wall Street Journal

As mais recentes evidências da desaceleração no crescimento da China põem em realce o dilema para os seus próximos líderes: eles podem sustentar a economia insistindo em um modelo de crescimento já esgotado, ou então fazer uma aposta política arriscada, com reformas que poderiam agravar o desaquecimento no curto prazo.

O desafio — nada comum para um governo comunista — é colocar mais dinheiro no bolso dos seus consumidores combatendo a crescente desigualdade de renda, que vem contribuindo para tirar dos trilhos a locomotiva chinesa de crescimento.

A alta de 7,4% no PIB chinês do terceiro trimestre contra um ano antes, divulgada na quinta-feira, foi a menor taxa de crescimento desde o início de 2009, e marcou o sétimo trimestre consecutivo de declínio. Mesmo assim, os que torcem por um "pouso suave" na China — algo cada vez mais importante para a saúde da economia global — se animaram com alguns sinais de estabilização. A produção industrial, as exportações e os investimentos tiveram leve alta em setembro. O emprego também continuou forte.

Isso levanta a questão para Pequim: será melhor usar suas ferramentas costumeiras para dar impulso à economia, ou tentar colocar o país no caminho do crescimento sustentável, concentrando-se mais no consumo das famílias e menos nos investimento e exportações.

Os métodos tradicionais de estimular o crescimento — cortar juros e aumentar os investimentos — trariam o risco de agravar o desequilíbrio econômico, aumentando o retorno sobre investimento às custas da renda familiar e do consumo.

Espalhar pela sociedade os ganhos vindos do crescimento implica em desafiar alguns dos grupos mais poderosos no corpo político do país: as autoridades locais, que se beneficiam quando os governos locais revendem as terras compradas a baixo custo dos agricultores, e as estatais, cujos baixos impostos resultam em menos dinheiro para os programas sociais. Os ganhadores dessa aposta seriam os domicílios de baixa e média renda, cada vez mais considerados como a fonte do futuro crescimento do país.

Reformular o setor estatal para que as empresas atuem de forma mais comercial poderia custar até quatro milhões de empregos, com as empresas cortando gorduras e ficando sem suas funções políticas e subsídios, diz Minxin Pei, especialista em China da faculdade Claremont McKenna. "Não seria privatização; seria cortar os vínculos com o partido", diz Pei.

A renda subiu em toda a China nos últimos dez anos, mas as elites políticas se beneficiaram desproporcionalmente de um sistema que fornece lucros vultosos às pessoas mais próximas do poder.

O problema é que o que é bom para as elites já não é bom para a China: a desigualdade cada vez mais profunda agora está prejudicando o caminho para um objetivo há muito declarado: mudar o modelo de crescimento da China, para que passe a depender mais do consumo interno.

"Para conseguir [reformas] realmente grandes, você tem que partir para a redistribuição de renda", disse Olivier Blanchard, economista-chefe do Fundo Monetário Internacional.

De acordo com uma nova pesquisa nacional, os 10% mais ricos do país controlam 56,9% da renda familiar e 84,6% da riqueza das famílias — "um nível de desigualdade visto apenas em alguns países africanos em dificuldades", disse Gan Li, professor da Universidade A&M do Texas, que chefiou a pesquisa.

Em Pequim, Gao Jing, uma migrante de 39 anos, diz que se sente presa em uma situação sem saída. Dona de uma lojinha, ela ganha entre 2.500 a 3.000 yuans por mês (US$ 400 a US$ 475), apenas o suficiente para sustentar os dois filhos, diz ela. "Para as pessoas pobres como nós, ganhar dinheiro é uma luta, por mais que a gente trabalhe." Voltar para sua província natal de Henan não é viável, diz, porque ali as perspectivas econômicas são fracas e as escolas são ruins.

A preocupação com a desigualdade está se tornando cada vez mais comum. Segundo uma pesquisa de 2012 do Centro de Pesquisas Pew feita com 3.177 chineses, 48% dizem que o fosso entre ricos e pobres é um problema muito grave, ante 41% que deram essa resposta em 2008.

Enfrentar a desigualdade exigiria várias medidas, como proteger o direito dos agricultores à terra, dando-lhes um ativo valioso que possam vender ou desenvolver; conceder residência urbana aos trabalhadores migrantes; e reprimir a corrupção que enriquece as elites do país.

O atual governo há muito promete dar mais direitos à terra para os agricultores. Contudo, os chefes políticos locais e as imobiliárias se enriquecem revendendo terras que os governos locais compram barato dos agricultores.

Os 168 milhões de trabalhadores migrantes da China ajudam a construir, limpar e servir as cidades, mas poucos têm a oportunidade de ganhar domicílio permanente nelas. O motivo é o rígido sistema de residência urbana, que nega aos migrantes o acesso à saúde, educação e benefícios sociais nas cidades. As prefeituras locais consideram os migrantes apenas como mão de obra barata, e não como membros da população urbana.

Reduzir a desigualdade de renda também exigiria iniciativas para reprimir a corrupção. Uma economia dominada pelo Estado, onde as autoridades controlam o acesso a bens valiosos, oferece amplas oportunidades para o suborno. Um estudo de 2008 feito por Wang Xiaolu, da Fundação para a Reforma da China, constatou que os 10% das famílias urbanas mais ricas da China tinham média anual de renda disponível per capita de 139.000 yuans, três vezes superior ao que sugerem os dados oficiais. A faixa de "renda cinzenta", responsável por grande parte da diferença, muitas vezes está intimamente ligada à corrupção, escreveu Wang.

Alguns analistas criticaram a pesquisa de Wang, dizendo que ele utilizou uma amostra não representativa.

O site chinês Baidu criou um fórum on-line dedicado à questão da desigualdade de renda. "Quanto mais altas forem as suas esperanças, mais você se decepcionará", dizia um post recente. "A diferença de riqueza é cada vez maior, com os ricos comprando carros e casas de luxo, enquanto os pobres não conseguem nem pagar o aluguel. Essa é a realidade da China de hoje."

O presidente Hu Jintao e o premiê Wen Jiabao prometeram uma sociedade mais "harmoniosa". Mas as políticas que dão bons retornos ao investimento e mantêm os salários baixos também ajudaram a aumentar o fosso entre ricos e pobres. O ônus da reforma vai recair sobre os líderes que devem sucedê-los, o vice-presidente Xi Jinping e o vice-primeiro-ministro Li Keqiang.

Mas que ninguém espere que os novos líderes da China se mexam depressa. "Para completar uma sucessão tranquila, Li e Xi provavelmente terão que ficar de cabeça baixa", disse Fred Hu, presidente da Primavera Capital, firma de private-equity de Pequim.

Os beneficiários das mudanças, as famílias de baixa renda, têm pouca voz no processo político. Mas o custo do crescimento mais lento e da instabilidade pode ser alto.

"No Japão, o crescimento desacelerou quando a economia já estava rica e o nível de desigualdade era muito baixo. Isso forneceu uma base de estabilidade para a sua década perdida", disse Scott Rozelle, especialista em economia chinesa da Universidade de Stanford. "Se a economia da China nos próximos 20 anos seguir a mesma trajetória dos últimos 10, o país poderá ter que enfrentar um crescimento zero como uma das sociedades mais desiguais do mundo."

Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 22 out. 2012, Empresas, p. B14.